

Por uma micro-história da família

MARIANA MUAZE*

Nesta comunicação farei uma breve reflexão sobre como a temática da família foi trabalhada pela historiografia brasileira e discutirei os ganhos interpretativos que a perspectiva da micro-análise, juntamente com a ampliação do corpus documental e do universo conceitual, pode trazer para a pesquisa na área da História da Família. Por fim, apresentarei algumas conclusões sobre a família e as relações familiares de importante fração da classe dominante do Império ligada à cafeicultura.

A família pode ser considerada um tema clássico na historiografia brasileira tendo sido tratada de diferentes formas pelos estudiosos. Não é minha intenção, nos limites deste texto, fazer um detalhamento dos principais autores que lhe dedicaram atenção, mas cabe aqui pensar as duas grandes formas de pensar família que protagonizaram a discussão no campo da História até muito recentemente.

A primeira se refere à matriz que procurou pensar a família na sua relação com o Estado, tendo como preocupação principal o entendimento do processo de formação da nação no Brasil. Estes trabalhos, escritos na forma de ensaios ainda na década de 1920, devem ser entendidos numa perspectiva de busca da identidade nacional e suas investigações estavam voltadas para as classes dominantes, devido a seu importante papel na fundação da empresa colonial. O corpus documental utilizado se compunha fundamentalmente de memórias e relatos de viajantes, autobiografias, cartas régias, decretos e atas da Câmara Municipal. Inserem-se nesta vertente as obras de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre. Seus ensaios vinculavam a especificidade da família brasileira ao escravismo e patriarcalismo aqui existentes. Freyre, por exemplo, em *casa Grande e Senzala*, colocou a família no centro do debate considerando-a o mais vivo e absorvente órgão de formação social brasileira: “A família, não o indivíduo, e nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador do Brasil, a unidade produtiva, (...) a força

* Professora adjunta do Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense, pesquisadora associada CEO/Pronex.

social que se desdobra em política, constituindo-se numa aristocracia colonial.” (FREYRE, 1987, p18)

A segunda, de caráter mais amplo, diz respeito aos historiadores que impulsionados por um movimento de busca de novos objetos se dedicam ao estudo do núcleo familiar em si mesmo. Nos anos 1970, o tema da família foi retomado pela história social e incorporado efetivamente como objeto da história. As historiadoras Muriel Nazzari e Elizabeth Kuznesof ressaltaram as análises da economia doméstica a partir da interpretação de inventários post-mortem, testamentos, contratos de casamento e dote, diferenciando-se da perspectiva ensaística anteriormente citada. Na década seguinte, os métodos da demografia histórica desenvolvidos pelo chamado Grupo de Cambridge se consolidaram entre os historiadores e antropólogos brasileiros e impulsionaram definitivamente o crescimento dos estudos da família no campo das ciências humanas.

Os trabalhos de Maria Luiza Marcílio, Iraci del Nero da Costa e Eni Mesquita Samara indicaram questões importantes a respeito das estruturas demográficas e da composição dos domicílios durante o período colonial, tendo como *locus* privilegiado as regiões de São Paulo e Minas Gerais. Aplicando a demografia histórica em fontes seriais como registros paroquiais e listas nominativas de habitantes, as autoras encontraram modelos de organização familiar onde a maioria dos fogos não era de estrutura numerosa ou formada por parentes, agregados, escravos; todos submetidos ao poder absoluto do chefe da casa, como descreveu Freyre para o modelo patriarcal. Ao contrário, o Brasil possuiria diferentes tipos de famílias: chefiadas por mulheres, com muitos filhos, com poucos filhos, unidas por casamentos legais ou concubinatos, etc. Estas conclusões levaram a duas conseqüências importantes de serem destacadas. Em primeiro lugar, muito por influência da História Social, houve uma ampliação dos debates que passaram a incluir na pauta de discussão temas adjacentes como o papel da mulher, os tipos de casamento, as relações de concubinato, a ilegitimidade, os laços de compadrio, celibato e casamento, divórcio e separação. Em segundo lugar, uma forte rejeição ao conceito de patriarcalismo antes consagrado pelas reflexões de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque.

Dando prosseguimento ao debate, Ronaldo Vainfas fez um importante alerta sobre o conceito de patriarcalismo. Segundo ele, no entender do sociólogo, não havia uma equivalência entre os conceitos de família patriarcal e família extensa (VAINFAS, 1997). Portanto, a preocupação com o número de pessoas que coabitavam o mesmo domicílio

não foi essencial para a formulação da noção de patriarcalismo do sociólogo, exceto como indício do poder do *pater-famílias*. O conceito que remete, sobretudo, ao poder pátrio, à autoridade dada aos pais e aos maridos, sobre seus filhos e esposas.

Freyre nunca negou a existência de outros tipos de organização familiar diferentes do patriarcalismo, apenas não as considerava predominantes na região de Pernambuco e do Recôncavo Baiano, seu objeto de reflexão. Da mesma forma, pesquisas recentes como o de Silvia Brügger, Antônio Otaviano Vieira Jr. e Mariana Muaze trabalham o patriarcalismo como uma representação de poder familiar, um modelo a ser seguido onde os membros constituintes de uma determinada família se pensavam muito mais como parte de um grupo, com tradições e identidades próprias, do que como indivíduos, isso por si só já caracterizaria uma lógica familiar patriarcal.

Atualmente, as pesquisas na área da história da família têm apontado a importância de se pulverizar esse conceito. Dessa forma, seria mais correto utilizar o substantivo no plural, recorrendo ao estudo de diversas famílias em diferentes épocas e espaços. Assim, em linhas gerais, o que prevalece são análises que destacam uma temporalidade e uma região específicas, entretanto, sem perder de vista as reflexões teóricas mais amplas acerca das estruturas familiares no Brasil. Outro aspecto que também chama a atenção é o das fontes utilizadas. É freqüente a preocupação para que a análise não fique circunscrita à quantificação de números, privilegiando-se a compreensão das relações sociais e familiares que podem fornecer. Tal perspectiva levou os historiadores e antropólogos a diversificarem o campo das fontes possíveis para o estudo da família. Luciano Figueiredo, por exemplo, pesquisou os autos da Devassa para estudar o cotidiano de sentimentos, violências e solidariedades entre as famílias dos chamados “desclassificados” da sociedade mineradora setecentista. Sheila de Castro Faria utilizou vasto material documental de natureza demográfica e judicial para analisar a riqueza, a família e a vida cotidiana dos diversos grupos que compunham a sociedade de Campos dos Goytacazes (RJ), dentre os quais a formação familiar era uma referência de estabilidade e fixação. Cabe citar, ainda, os trabalhos de Maria Beatriz Nizza da Silva que apresentam reflexões diversificadas sobre o cotidiano na colônia dando ênfase a História da Família e a História da Mulher.

Apresentadas as duas principais matrizes de pensamento da História da Família, afirmo haver um ganho significativo em trabalhá-las de forma não excludente. Pesquisas

recentes dentre os quais me incluo tem mostrado que, intenções a princípio diferentes podem andar juntas quando se altera a escala de observação da análise histórica, conforme descreveu Jacques Revel. Nesta perspectiva, a micro-história pode ser uma importante aliada para a recuperação do papel social e político dos atores históricos nos contextos familiar e não familiar, bem como para avançar nas discussões relativas às estratégias familiares de poder e manutenção da riqueza e às redes sociais das sociedades do passado. Essa perspectiva se abre como um frutífero campo de investigação “especialmente se admitirmos que toda ação social é resultado de escolhas, de decisões do indivíduo e do grupo familiar; por isso mesmo, implica numa constante negociação” (SCOTT, 2009, 14).

No que tange as famílias da classe senhorial, é possível perceber, através do estudo das trajetórias individuais e das estratégias familiares de seus membros, as relações entre Estado e famílias, entre poder nacional e poder local, entre público e privado, no Brasil Oitocentista. Ao se acompanhar o fio de um destino familiar, em particular, deve-se ter em mente recuperar as mediações existentes entre a racionalidade individual e a identidade coletiva de modo a recuperar um *habitus* de classe que dava aos indivíduos a sensação de pertencimento não só ao seu grupo familiar, mas a classe dominante do Império.

Fazer História da Família na perspectiva aqui proposta significa apreender as redes mais complexas de sustentação afetiva, cultural e de poder, tecidas pelas famílias de um dado grupo social, no caso estudado da classe senhorial do Império, aspectos esses que estão muito além do critério de coabitação anteriormente privilegiados. Significa pensar as formas de comportamento em família, o papel exercido por cada um de seus personagens interna e externamente ao núcleo de origem, as estratégias de sobrevivência familiar para manutenção do *status quo* enquanto grupo privilegiado na sociedade imperial. Para tanto, é necessário que o historiador faça valer um leque alargado de fontes que lhe permitam adentrar no universo cotidiano e nas relações afetivas tecidas entre os membros da família.

Em pesquisa sobre a família Ribeiro de Avellar, grande proprietária de terras e escravos do Vale do Paraíba fluminense, que culminou no livro *As Memórias da Viscondessa – família e poder no Brasil Império*, minhas fontes privilegiadas foram de dois tipos (MUAZE, 2008). A documentação íntima tendo destaque a análise de cartas,

diários, livros de assento e fotografias; e a documentação cartorial que ficou circunscrita fundamentalmente a testamentos, inventários e diferentes tipos de escrituras. Tal movimento encontra paralelo em outros trabalhos que também ampliaram seu corpus documental para além do uso de registros paroquiais e listas de população, incluindo os indícios deixados em processos-crimes, documentação inquisitorial, escrituras de dote, documentos de compra e venda de escravos abrindo, assim, novas possibilidades de análise.

A ampliação do corpus documental e a metodologia da micro-análise compõem duas faces da mesma moeda, onde a investigação exaustiva das fontes é valorizada para obter a mudança de enfoque desejada. Uma análise baseada na prática da micro-história aproxima o foco de observação e busca perceber nos detalhes e singularidades o que o particular tem de coletivo, sem, no entanto, reduzir as especificidades e deixar de recriar os indivíduos a partir de seus nomes próprios. (REVEL, 1994, p17) Em termos metodológicos, a escolha da micro-análise coloca a impossibilidade de se operar com conceitos apriorísticos apontando para a necessidade de se definir família a partir da “descrição densa” das fontes selecionadas com o objetivo de recuperar, na medida do possível, as teias de significados construídos e compartilhados socialmente pelo grupo social em questão, no nosso caso, a classe senhorial do Vale do Paraíba Fluminense ao longo da segunda metade dos Oitocentos.

Tendo cumprido as primeiras duas tarefas a que esta comunicação se propôs, passo agora ao terceiro e último ponto no qual coloco os resultados da pesquisa realizada sobre o núcleo Ribeiro de Avellar, mas que revela aspectos fundamentais da família e das relações familiares de importante fração da classe dominante do Império ligada à cafeicultura se entendermos que, como quer Robert Darton “a expressão individual ocorre dentro de um idioma geral, de que aprendemos a classificar as sensações e entender as coisas pensando dentro de uma estrutura fornecida por nossa cultura”. (DARTON, 1986, XVII)

Começamos pela própria definição de família extraída das análises dos dicionários de época e das cartas trocadas entre parentes e amigos. Dentre os critérios de pertencimento à família, a coabitação não era o mais importante sendo superado pela consangüinidade e relações políticas, ou seja, construídos através de laços de solidariedade e aliança. Contudo, a expressão “de boa família” possuía um significado adjetivado, indicando a

participação em um grupo seletivo e privilegiado que, na sociedade Imperial, coincidia com aqueles que podiam exercer ativamente a sua cidadania, conforme os critérios estabelecidos pela constituição de 1824 (MATTOS, 1990). A estes estavam abertos os mundos da política e do governo, fazendo com que pudessem se estabelecer enquanto classe dirigente do Império. Mas, não era só isso. “Ser de boa família” também equivalia a poder de gozar dos atributos de liberdade, propriedade e viver com opulência; privilégios circunscritos à aristocracia imperial. Derivava desta realidade, um sentimento aristocrático que influía nas próprias formas de ver o mundo e de se ver no mundo. Em última instância, este sentimento aristocrático se constituía enquanto um *habitus*, uma segunda natureza, compartilhada pelos indivíduos que compunham as chamadas “melhores famílias”, e por consequência, pelo próprio grupo dirigente; atuando, ao mesmo tempo, como padrão de comportamento e elemento de identidade de grupo, conforme descreve Norbert Elias (ELIAS, 1993).

Como se vê, apesar de terem existido inúmeros modelos de família e de formas de viver em família, seja entre os escravos, seja entre forros, sitiantes, arrendatários, vendedores e toda sorte de homens livres e pobres, os dicionários não os consideram em suas descrições. Suas referências estão centradas no que era idealmente concebido como modo de viver da classe dominante. Assim, o discurso social acerca da família, produzido no interior do grupo dominante, corroborava um sentimento aristocrático que excluía as outras possibilidades de formações familiares e se auto-elegia como o modelo de família socialmente aceita.

No que dizia respeito aos acordos de casamento, estes eram vistos como um meio para manter a honra e a fortuna pela classe dominante. A união em matrimônio era intencionalmente calculada no sentido de proporcionar a manutenção das famílias como parte de um grupo seletivo e, ao mesmo tempo, gerar novos elementos de poder e prestígio que as distinguisse e elevasse entre seus pares. As exigências minuciosas feitas durante os processos de arranjos matrimoniais revelam o esforço de consolidação de novas alianças políticas, econômicas e sociais que objetivavam estruturar uma rede familiar complementar que, em última instância, ia dar continuidade as casas familiares agora unidas. Desta forma, o casamento no interior da classe senhorial era uma questão de propriedade, no sentido de preservação da fortuna, mas também de busca de prestígio. Foram recorrentes, ainda no século XIX, os casamentos endógenos como forma de

manter a riqueza dentro da mesma família. Por outro lado, as uniões matrimoniais exógenas eram acertadas entre famílias com interesses econômicos a fins ou mantendo uma equidade de fortuna e prestígio entre os envolvidos. Como se vê, a lógica hierarquizadora fundadora da composição social do Império era reproduzida no interior da classe senhorial quando o assunto era casamento.

Um bom casamento para os herdeiros e herdeiras significava, na prática, a perpetuação do nome e da honra de uma determinada casa familiar no tempo. O prestígio e o poder provenientes do nome vigoravam como uma herança imaterial que era repassada aos sucessores, mantê-la para as gerações futuras era um grande desafio, que também incluía a preservação da riqueza como fiel da balança. Talvez, por isso, as estratégias matrimoniais tenham sido um grande foco de resistência aos novos valores e parâmetros ligados ao modelo familiar nuclear e ao individualismo que estarão em pauta na segunda metade do Oitocentos na Europa.

Para a classe senhorial, o cerimonial do casamento possuía dupla atribuição. De um lado, era uma festa privada, onde se comemorava com os parentes e amigos a entrada numa nova fase da vida; de outro era um acontecimento público que seria participado aos pares sociais dando um novo *status* aos nubentes. Enquanto tal se tornou uma ocasião privilegiada para disputas por representação e elementos de prestígio entre as famílias. Ao longo do século XIX, esta comemoração passou a seguir uma etiqueta cada vez mais sofisticada e a incluir novos elementos como bailes de comemoração, viagens de lua de mel e requintado enxoval. Mas, não foram somente as comemorações de matrimônio que passaram por este processo. É possível citar também outros eventos como batismo, primeira comunhão e formatura que, aos poucos, passaram por uma sofisticação e valorização pública, atuando como elemento de prestígio e delimitando os espaços de poder privilegiados para a classe senhorial. Portanto, estas celebrações adquiriram um valor hierárquico externo - pois separavam os membros da aristocracia, que poderiam efetivar tais festas com todo requinte, daqueles que não tinham condições sócio-econômicas para tal. Contudo, ao mesmo tempo, este movimento de cisão é também passível de ser verificado no interior das melhores famílias, onde alguns teriam eventos e comemorações mais pomposas do que outros. Ou seja, aos poucos o padrão de comportamento da classe dominante passou a atuar não só como uma marca de distinção

entre os pares sociais, mas também como parâmetro para as demais camadas da sociedade.

A aquisição de títulos de nobreza também era um elemento primordial para a conquista da importância social almejada e, portanto, uma preocupação constante das famílias abastadas da classe senhorial na segunda metade do século XIX. Somas significativas de dinheiro foram aplicadas pelos senhores para garantir o baronato já que o atributo de grande proprietário de terras e escravos proporcionava um comando e uma importância locais, todavia, não gerava o reconhecimento social por parte da elite imperial como um todo. Desta forma, o quesito fortuna foi incorporado pelo nobilitação porque, salvas as exceções por mérito, para se obter titulação era necessário um bom cabedal. No cálculo do prestígio social dos indivíduos e suas famílias também entrava a capacidade de circulação e sociabilidade nos altos círculos da Corte. Ser alto funcionário, ou melhor, “ter uma posta”, como se dizia na época, era garantia de renda, prestígio e posição social. De acordo com José Murilo de Carvalho, este aspecto era reiterado pela própria lógica do Estado Imperial, onde boa parte dos elementos com possibilidade de acessar posições na elite política, de alguma maneira, estava vinculada à máquina estatal (CARVALHO, 2003).

Os grandes proprietários também buscaram participar, direta ou indiretamente, da política local. Esta responsabilidade os envolvia nas questões referentes ao orçamento municipal e levantamento de fundos para obras públicas, inclusive, através de contribuições privadas. José Murilo lança mão do conceito de “dialética da ambigüidade” para caracterizar a dinâmica das relações entre os proprietários rurais e a burocracia imperial, demonstrando que em vários momentos os interesses da Coroa e da classe proprietária rural entraram em descompasso durante o Segundo Reinado. No que concerne às contas públicas e ao controle orçamentário, por exemplo, defende que, por diversas vezes, o governo central procurou atender aos interesses agrários (construção de ferrovias e facilitação de créditos agrícolas), quando estes caminhavam na direção de trazer vantagens à economia de exportação, principalmente o café. Entretanto, o mesmo não se verificou em relação às despesas com justiça, administração do governo central, educação, obras de infra-estrutura e assistência pública, principalmente nas províncias. Nestes casos, o orçamento reduzido destinado pelo Governo era complementado por contribuições privadas para a construção e funcionamento de escolas, cemitérios, abrigos,

etc; perpetuando um entrelaçamento das esferas pública e privada, e fortalecendo, ainda mais, o poder daqueles que a financiavam. Como metaforizava visconde Uruguai, “a burocracia do Estado era macrocefálica: tinha a cabeça grande, mas os braços muito curtos. Agigantava-se na Corte, mas não alcançava as municipalidades e mal atingia as províncias”.

Esta situação foi recorrente durante todo o Segundo Império. Mesmo as províncias mais ricas, como era o caso de Vassouras, apresentavam o problema da falta de recursos e buscavam a superação deste impasse através do apelo direto ao patrimônio particular do cidadão comum ou do próprio servidor público. Foi assim, por exemplo, em fevereiro de 1848 durante a viagem do Imperador d. Pedro II a Vassouras. As despesas referentes à estada do soberano e as festividades foram custeadas por Pedro Correia e Castro que, logo em seguida, foi feito barão com grandeza do Tinguá e, em retribuição, arcou com a construção da Santa Casa da Misericórdia de Vassouras no valor de dez contos de réis. Logo, a política de distribuição de recursos levada a cabo pelo Estado Imperial favorecia os cafeicultores em um duplo aspecto. De um lado, buscava incentivar medidas que trouxessem desenvolvimento econômico, como a concessão de créditos agrícolas e a construção de ferrovias, que auxiliasse no fortalecimento da produção cafeeira. De outro, ao não ocupar este espaço a nível local no tocante às províncias, a Coroa deixava um vazio que era preenchido pelos grandes senhores de terras e homens que o almejavam em troca de prestígio social, aquisição de títulos e privilégios políticos.

Para entender melhor as estratégias de poder articuladas por estes proprietários, é necessário ampliar o conceito de política para além da ocupação de cargos legislativos e incorporar outras variáveis como participação na Guarda Nacional, tamanho da terra, relações pessoais e favorecimentos que esta pode gerar, número de dependentes com direito de voto e redes de sociabilidade e amizade com pares e representantes políticos. O caso de Joaquim Ribeiro de Avellar é significativo. Com o nome acertado pelo pai para a chapa do barão de Vassouras para a Câmara Municipal, desistiu do cargo em detrimento de um posto na Guarda Nacional. Conquanto, tal troca não significava uma desistência no que concernia à ocupação de um lugar de poder na cena política local, e sim demonstrava que a mesma possuía outras esferas de atuação, diferentes da Câmara ou da Assembléia Provincial, que poderiam se justapor ou concorrer.

Para a manutenção do poder e do prestígio de uma casa familiar a capacidade de seus membros de preservação da riqueza era fundamental. Portanto, o patrimônio era entendido, a um só tempo, como necessidade econômica e afirmação simbólica. A “sobrevivência” familiar fazia parte do cotidiano, sempre projetado para esse fim. Quase diariamente, um tempo familiar essencialmente masculino reafirmava a lógica da preservação da riqueza e do patrimônio no interior do grupo estudado. A riqueza era considerada um elemento essencial para a continuidade do grupo. Contudo, não era o único. Riqueza, poder político e prestígio social, apesar de relacionados, não eram indissociáveis no Brasil oitocentista. Assim, explicam-se os altos investimentos em títulos de nobreza, os casamentos arranjados, a entrada para a Guarda Nacional, a compra de fazendas e escravos, e outras práticas tão freqüentes. Se no início dos Oitocentos o mais significativo para obter prestígio era fazer grandes doações ao Estado ou à Igreja e conquistar honrarias e mercês. No apagar das luzes do século o que falava mais alto era educação, instrução, refinamento, domínio das línguas estrangeiras e boas relações pessoais entre os indivíduos. Estar atento a essas nuances foi condição essencial para manter-se no grupo das “melhores famílias”.

Imbuídos de um sentimento aristocrático que misturava valores como opulência, propriedade e gozo da liberdade, os patriarcas da aristocracia senhorial do Vale fluminense regeram de formas diferenciadas seus negócios. As gerações que se sucederam na família Ribeiro de Avellar indicam um caminho interessante. O barão de Capivary (1817-1863) passou a administrar a fazenda do Pau Grande e os negócios da família logo que atingiu a maioridade. Depois da morte de sua mãe, concluído o inventário, alargou seu poder ao receber também a tarefa de administrar os bens das irmãs solteiras. Foi sob sua batuta que a propriedade foi gradativamente transformada de engenho em cafezal, na década de 1830, acompanhando uma tendência que se expandiu por todo o Vale Fluminense. Paralelamente, multiplicou a riqueza herdada, calculada em terras e escravos, emprestando dinheiro a juros e se beneficiando das redes de poder geradas pela atividade política que exerceu na câmara de Vassouras. Seu maior investimento em capital simbólico foi a compra do título de barão, exigida para a realização do casamento do filho Joaquim Jr. com Mariana Velho da Silva, futuros visconde e viscondessa de Ubá.

Na gestão subsequente, o visconde de Ubá (1863-1888), único filho do barão de Capivary, impõe uma mudança nos padrões de acumulação e investimento familiar. Em certa medida, a atividade usurária foi mantida, no entanto, a compra de terras e escravos foi reduzida e a aquisição de imóveis urbanos e títulos da dívida pública e os investimentos em bens de prestígio sofreram crescimento considerável. Diferentemente de outras famílias de cafeicultores do vale do Paraíba fluminense que entraram em decadência, os Ribeiro de Avellar conseguiram atravessar a década de 1880 com relativo conforto financeiro. Tal especificidade se deveu à visão acertada de converter parte da fortuna em títulos, diversificar investimentos e vender terras para aplicar em imóveis urbanos. O estudo do núcleo familiar Ribeiro de Avellar vem demonstrar que, a decadência financeira descrita, pela historiografia clássica, como característica de toda classe senhorial do vale do Paraíba fluminense, a partir dos anos setenta, não deve ser generalizada. Algumas alternativas pessoais de investimento foram capazes de escrever outras histórias.

Apesar da riqueza acumulada, o grande número de filhos poderia comprometer a integridade do patrimônio familiar depois da morte do patriarca, pois descontada a terça, seguia o sistema eqüitativo de herança vigente. A estratégia usada pelo Visconde de Ubá foi a realização de uma política de casamentos exogâmicos dentro do círculo das melhores famílias do Império para suas quatro filhas. Dessa maneira, abriu-se nova rede de solidariedades, obrigações recíprocas e alianças com ricas famílias, principalmente por meio de noivos bacharéis. Contudo, isso só foi possível porque as moças possuíam os atributos necessários para serem consideradas bons partidos entre seus pares sociais.

Passado quase um século, os elementos de prestígio haviam mudado. A compra de títulos e honrarias, atributos externos, mesmo que importantes, já não era suficiente. Formação, educação, instrução, etiqueta e cabedal cultural haviam adquirido forte peso. Contudo, o bom nome familiar se mantinha como patrimônio constituído e legitimado pela vasta rede de amizades, reciprocidades e troca de favores constituídos ao longo de gerações. No que compete aos filhos homens, Antônio Ribeiro e Joaquim, se formaram em Direito e seguiram a carreira de políticos, mantendo suas terras e a rede de poder local. Mesmo com patrimônios financeiros reduzidos, se comparados aos herdados pelo pai e avô, o sobrenome carregava a força da tradição. Ambos foram vereadores da República por diversas vezes e o filho mais novo foi eleito prefeito em 1922. O poder e a

tradição constituídos pela família no tempo atuava como herança imaterial que, enquanto capital simbólico, auxiliou-os a entrar a manter um capital sócio-econômico. (LEVI, 2000)

Contudo, outros elementos fundamentais constitutivos da família haviam mudado, a começar pelos papéis encenados por seus membros. A mulher foi elevada ao papel social de mãe. A ela caberiam as funções de zelar pela vida doméstica, o governo da casa e a criação dos filhos. Neste sentido, sua educação e instrução se tornaram condições básicas para que pudesse concretizar a tarefa para a qual tinha vindo ao mundo, uma espécie de dom natural, na consideração dos seguidores de Rousseau, ou dado por Deus, para os mais adeptos ao discurso religioso: a maternidade. Assim, o universo feminino, antes encerrado no ambiente doméstico, se ampliou. No novo modelo de comportamento era requerido à mulher que mantivesse uma convivência social com amigos convidados a freqüentar a casa. Sua obrigação era a de “bem receber” e criar uma atmosfera agradável aos visitantes. Da mesma forma, no espaço público, valorizavam-se os espaços de convivência e multiplicavam-se as possibilidades de sociabilidade e consumo: confeitarias, lojas, teatros, clubes, etc.

De uma maneira geral, o papel masculino tanto na sociedade, quanto na família oitocentista, se manteve arraigado à esfera da produção como o principal realizador e mantenedor da riqueza e do patrimônio. Continuou como a figura de comando no círculo familiar e na sociedade, seu principal apoio estava no código civil que o colocava como gerenciador dos bens femininos e seu principal responsável perante a sociedade. Entretanto, no interior do núcleo familiar, as tarefas deste gênero se estendiam a zelar pela educação física, educação moral e instrução dos filhos. É claro que a esposa gerenciava os assuntos diretamente relacionados à criação como cuidar da higiene, controlar os horários de estudos, contratar e fiscalizar os professores e tutores particulares. Todavia, conforme o novo *habitus* que se consolidava, fazia parte das funções paternas dar exemplo de boa conduta moral e educação aos filhos, além de supervisionar as orientações femininas.

Muito embora os papéis masculinos e femininos tenham sofrido uma importante reconfiguração, talvez, a maior alteração na dinâmica interna da família esteja na valorização sofrida pela criança (MUAZE, 1999). A partir da segunda metade do século XIX, o tema da criança e da infância se tornou cada vez mais constante e de interesse das

famílias da classe senhorial. Sua boa educação e instrução eram garantia de perpetuação do nome, tradição e patrimônio familiares e, ao mesmo tempo, adequava-se perfeitamente ao projeto Imperial de formar cidadãos antenados com suas diretrizes de ordem e civilização. Tal processo de “descoberta da infância” pode ser vislumbrado na representação fotográfica, na narrativa epistolar, nas várias edições e reedições de manuais para sua instrução e educação, no crescimento da oferta de produtos infantis, etc. Neste processo, fortalece-se a noção de família como reduto do amor, próximas de um padrão de família burguês, nuclear e monogâmico. Neste novo modelo, percebe-se um aumento dos espaços de sociabilidade e uma aproximação da criança com os pais, acompanhando-os em passeios, banhos de mar, aniversários de familiares, piqueniques e visitas a amigos. Esta nova concepção de família nasceu na Europa dentro de um contexto de ascensão da burguesia e do modo de vida burguês. No Brasil, entretanto, iria passar por uma pintura diversa. De um lado, porque seus ideais circulariam prioritariamente entre as famílias da aristocracia; de outro, devido à proximidade entre a ordem escravocrata e a ordem familiar. Aqui, o patriarcalismo arraigado demonstrava a força da tradição mantendo os laços de dependência e solidariedade com a vasta parentela, ao mesmo tempo em que resistiam as relações desiguais entre os membros do grupo com visível privilégio masculino de pátrio-poder. No entanto, em diferentes ritmos e de diferentes formas as transformações se concretizavam. Nesta dicotomia e reinvenção de antigos e novos valores é que se delineou o triunfo da família Oitocentista.

No âmbito privado, na intimidade das casas da classe senhorial, os valores da civilização européia passavam por um processo de resignificação que buscava conciliar modernidade e ideal aristocrático, liberalismo e escravidão, indivíduo e família patriarcal. Reproduzia-se, portanto, uma estratégia pública, utilizada pelo próprio Estado Imperial, que procurou manter uma negociação constante, cotidiana, das fronteiras no tocante a escravidão, cidadania e estado de direito. A família Oitocentista seria, portanto, aquela que apesar de se organizar de uma forma mais reduzida, muitas vezes em essência pai, mãe e filhos, ainda se mantinha atrelada às solidariedades da família extensa que se estendiam à política local, aos empréstimos de dinheiro, à prestação de favores, às obrigações recíprocas, às estratégias de casamento endogâmicas, etc. Por outro lado, as relações internas entre seus membros foram remodeladas cotidianamente tendo em vista um novo habitus vivenciado e experimentado pela classe senhorial. Nele, o antigo *pater*

famílias fora transformado em cidadão e pai extremo, a quem cabiam a preservação do patrimônio, a supervisão do lar e a preocupação com a educação e instrução dos filhos. Assim, a família Oitocentista sobreviveu enquanto cânone fundador que conjugava patrimônio, riqueza, parentela e valores patriarcais. Contudo, se viu exposta às novas influências do individualismo, romantismo e do discurso médico-científico e com eles teve que negociar. Da mistura entre esses novos e velhos sentidos surge o que é próprio do Brasil oitocentista.

Referências Bibliográficas:

BRUGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal - família e sociedade (São João Del Rei; séculos XVIII e XIX)*. Niterói: UFF, ICHF, 2002.

CARVALHO, J. M. de. *A Construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campos, 1996.

_____. “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual”. In: *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo horizonte: UFMG, 1998.

_____. *Teatro de Sombras: a política imperial*. 4ª ed, RJ: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Hebe & SCHNOOR, Eduardo (org). *Resgate: uma janela para o Oitocentos*. RJ: Topbooks, 1995.

CORRÊA, Mariza. *Repensando a família patriarcal brasileira*. In: Concha de Retalhos. 3ª. ed, SP: UNICAMP, 1994.

COSTA, Jurandir. Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. 2ªed, Rio de Janeiro: Graal, 1983.

D'INCAO, Maria Ângela. “Mulher e família burguesa” In: PRIORE, Mary Del (org). *História das Mulheres*. 2ªed, SP: Contexto & UNESP, 1997, pp223-240.

DARNTON, Robert. *O Grande Massacre dos gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. RJ: Graal, 1986, p XV.

DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820 – 1920*. SP: Paz e Terra, 1977.

ELIAS, N. *Processo Civilizador*. SP: JZE, 1993. vol I e II.

FAORO, Raymundo. “A obra da centralização colonial” In: *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 11ª. ed, RJ: Ed Globo, 1997, vol 1.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. RJ: Nova Fronteira, 1998.

_____. História da família e demografia histórica In: VAINFAS, R & CARDOSO, C. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. RJ: Campus, 1997.

- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais do século XVIII*. SP: Hucitec, 1997.
- FLANDRIN, J. L. *Famílias, Parentesco, Casa e Sexualidade na Sociedade Antiga*. Lisboa: Estampa, 1995.
- FOX-Genovese, Elizabeth. *Within the Plantation Household – black and White women of the old south*. North Caroline: University of North Caroline, 1998.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 25ª., SP: José Olympio Editora, 1987.
- _____. *Sobrados e Mucambos*. 9ª ed, SP: Record, 1996.
- GINSBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes- o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. 3ª. ed, SP: Cia das Letras, 1987.
- _____. *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1989.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. “Inácia Wills Her Way: Patriarchy Confirmed” In: *Caetana Says No: women’s stories from a Brazilian slave society*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- HÉRITIER, Françoise. “Parentesco”; “Família”; “Casamento” In: ROMANO, Ruggiero. Enciclopédia Einauldi: *Parentesco*. PORTO: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda. 1997, vol 20.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 20ª. ed, RJ: José Olympio editora, 1988.
- KUZNESOF, Elizabeth Anne. *A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980)* In: Revista Brasileira d História – família e grupos de convívio. SP: Marco Zero, 1988, no. 17, pp37-63.
- LASLETT, Peter. *Family life and illicit love in earlier generations*. 2ª ed, Cambridge University Press, 1978.
- LEVI, Giovanni. “sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas*. SP: ENESP, 1992.
- _____. *Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. RJ: Civilização Brasileira, 2000.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. 2ª ed, RJ: Nova Fronteira, 1998.
- MATTOS, I. R. *O Tempo Saquarema- a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MELO, Hildete & Marques Teresa C de N. “A partilha da riqueza na ordem patriarcal” In: *Revista de Economia Contemporânea*, Volume 5, Nº 2, jul/dez, 2001.
- MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Zahar, 2008.
- _____. *A Descoberta da infância - A construção de um habitus civilizado na boa sociedade imperial*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História. RJ: PUC, 1999.
- NAZZARI, Muriel. *Dotes Paulistas: composição e transformações (1600-1870)*. In: Revista Brasileira d História – família e grupos de convívio. SP: Marco Zero, 1988, no. 17, pp 88-114.

- NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. 4ª ed, RJ: Nova Fronteira, 1999.
- OLIVEIRA, Mônica R. de. *Negócios de Família: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780-1870)*. Bauru: EDUSC, Juiz de Fora: FUNALTA, 2005.
- REVEL, Jacques (org). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. RJ: FGV, 1998.
- SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. RJ: Topbooks, 1996.
- SAMARA, E. M. *A Família Brasileira*. 4ªed, São Paulo: Brasiliense, 1993.
- _____. *A história da família no Brasil*. In: Revista Brasileira de História – família e grupos de convívio. SP: Marco Zero, nº 17, 1988, pp 7-35.
- SHORTER, E. *A Formação da Família Moderna*. Lisboa: Terramar ed.,1975.
- SILVA, Eduardo. *Barões e Escravidão – três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista*. RJ: Nova Fronteira, 1984.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da Família no Brasil Colonial*. RJ: Nova Fronteira, 1998.
- _____. *Vida Privada e Quotidiano no Brasil: na época D. Maria I e D. João VI*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- SCOTT, Ana S. V. “as teias que as famílias tecem: uma reflexão sobre o percurso da História da Família no Brasil” in: *História: Questões & Debates, Curitiba*, n. 51, p. 13-29, jul./dez. 2009. Editora UFPR.
- STEIN, Stanley J. *Grandeza e Decadência do café no Vale do Paraíba..* RJ: Brasiliense, 1969.
- VAINFAS, R. “Patriarcalismo e Misoginia” In: *Trópico dos Pecados – moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. 4ªed, RJ: Nova Fronteira, 1997.
- _____. *Os Protagonistas Anônimos da História: Micro-História*. RJ: Campus, 2002.
- VIEIRA Jr, Antônio Otaviano. *Entre Paredes e Bacamartes: a história da família no sertão (1780-1850)* Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Hucitec, 2004.